



CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DOS SRS. CYRO GARCIA E ERNESTO GRADELLA)

ASSUNTO:

Altera o artigo 35 do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, no que se refere à movimentação das contas vinculadas dos trabalhadores no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

DESPACHO: COM. DE TRABALHO, ADM. E SERV. PÚBL. = FINANÇAS E TRIB. = CONST. E JUSTIÇA E DE RED. (ART. 54) - ART. 24, II.

A O A R Q U I V O em 06 de julho de 1993

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 3.944 DE 1993

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.944, DE 1993

(DOS SRS. CYRO GARCIA E ERNESTO GRADELLA)

Altera o artigo 35 do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, no que se refere à movimentação das contas vinculadas dos trabalhadores no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24,II)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões: Art. 24. II
Trabalho, de Adm. e Serviço Público
Finanças e Tributação
Const. e Justiça e de Redação (Art. 54. RI)

Em 23 / 06 / 93,

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 3944 DE 1993.
(dos Deputados ²/Ernesto Gradella e ¹/Cyro Garcia)

^{Artigo 35 do}
Altera o Decreto nº 99.684,
de 08 de novembro de 1990, no que
se refere à movimentação das contas
vinculadas dos trabalhadores no
~~FGTS~~ ^{Fundo de Garantia do Tempo}
^{de Serviço - FGTS.}

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - O artigo 35º do Decreto 99.684/90, nos seus incisos V e VI, passa a ter a seguinte redação:

Art. 35º -

V - Pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), ou de Entidades Fechadas de Previdência Privada, desde que:

a - o mutuário conte com o mínimo de três (03) anos de trabalho sob regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b - O valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses; e

c - O valor de cada parcela a ser movimentada não exceda a oitenta por cento do montante da prestação;

VI - Liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário concedido no âmbito do SFH, ou de Entidades Fechadas de Previdência Privada, desde que haja interstício mínimo de dois anos para cada movimentação, sem prejuízo de outras condições estabelecidas pelo Conselho curador.



JUSTIFICATIVA

O objetivo deste Projeto-Lei é corrigir a discriminação promovida pela legislação em vigor, que limita a movimentação de contas do FGTS para pagamento de prestações ou quitação de financiamento habitacional, apenas no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. Dessa forma, os trabalhadores que compram a casa própria através de financiamento concedido por Fundos de Pensão ficam impedidos de utilizar o FGTS para este fim.

Considerando que os recursos do FGTS são patrimônio dos trabalhadores, e que os financiamentos concedidos pelos Fundos de Pensão têm origem nas contribuições de seus associados e das empresas patrocinadoras, constitui-se em uma arbitrariedade de impedir o acesso dos trabalhadores aos recursos do FGTS para saldar estes compromissos.

Por outro lado, ao ampliarmos a utilização do FGTS para esses financiamentos, estamos estimulando a indústria da Construção Civil, gerando novos empregos e possibilitando que os associados com menor renda tenham condições para adquirir a casa própria.

Finalizando, gostaríamos de ressaltar que neste momento de cortes nos investimentos governamentais, torna-se mais necessário estimular a aplicação de recursos de fora da órbita orçamentária do governo federal, principalmente em áreas prioritárias como a de financiamento habitacional.

1) CYRO GARCIA - *Cyrol Garcia*

Sala das Sessões, 23 de junho de 1993.

2) *Ernesto Gradella*
Ernesto Gradella
Deputado Federal/SP

Cyrol Garcia
Cyrol Garcia
Deputado Federal/RJ



LEGISLAÇÃO ANEXADA PELO AUTOR

Decreto nº 99.664, de 08 de novembro de 1990.

Consolida as normas regulamentares do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que com este anexa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos nºs:

- I - 59.820, de 26 de dezembro de 1966;
- II - 61.405, de 20 de setembro de 1967;
- III - 66.619, de 21 de maio de 1970;
- IV - 66.819, de 19 de julho de 1970;
- V - 66.867, de 11 de junho de 1970;
- VI - 66.939, de 22 de julho de 1970;
- VII - 69.765, de 21 de setembro de 1971;
- VIII - 71.636, de 29 de dezembro de 1972;
- IX - 72.141, de 26 de abril de 1973;
- X - 73.423, de 7 de janeiro de 1974;
- XI - 76.218, de 9 de setembro de 1975;
- XII - 76.750, de 5 de dezembro de 1975;
- XIII - 77.357, de 19 de abril de 1976;
- XIV - 79.891, de 29 de junho de 1977;
- XV - 84.509, de 25 de fevereiro de 1980;
- XVI - 87.567, de 16 de setembro de 1982;
- XVII - 90.408, de 7 de novembro de 1984;
- XVIII - 92.366, de 4 de fevereiro de 1986;
- XIX - 97.848, de 20 de junho de 1989; e
- XX - 98.813, de 10 de janeiro de 1990.

Brasília, 08 de novembro de 1990; 199º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR
Antonio Magu

REGULAMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Capítulo I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º Nas relações jurídicas pertinentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS será observado o disposto neste Regulamento.

Art. 2º Para os efeitos deste Regulamento considera-se:

I - empregador, a pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, da Administração Pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem



**Capítulo VI
Dos Saques**

Art. 35. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I - despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e por força maior, comprovada com o pagamento dos valores de que tratam os §§ 1º e 2º do Art. 9º;

II - extinção da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, ou, ainda, falecimento do empregador individual, sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão do contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III - aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV - falecimento do trabalhador;

V - pagamento da parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de doze meses; e

c) o valor de cada parcela a ser movimentada não exceda a oitenta por cento do montante da prestação;

VI - liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário concedido no âmbito do SFH, desde que haja interstício mínimo de dois anos para cada movimentação, sem prejuízo de outras condições estabelecidas pelo Conselho Curador;

VII - pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, observadas as seguintes condições:

a) conte o mutuário com o mínimo de três anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes; e

b) seja a operação financiada pelo SFH ou, se realizada fora do Sistema, preencha os requisitos para ser por ele financiada;

VIII - quando permanecer três anos ininterruptos, a partir de 14 de maio de 1990, sem crédito de depósitos;

IX - extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 1974; e

X - suspensão do trabalho avulso por período igual ou superior a noventa dias.

§ 1º Os depósitos em conta vinculada em nome de aposentado, em razão de novo vínculo empregatício, poderão ser sacados também no caso de rescisão do contrato de trabalho a seu pedido.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos I e II, o trabalhador somente poderá sacar os valores relativos ao último contrato de trabalho.

§ 3º O Conselho Curador disciplinará o disposto no inciso V, visando a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.944/93

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 02/08/93, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 09 de agosto de 1993

Talita Yeda de Almeida
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, D

Defiro. Apensem-se ao Projeto de Lei nº 913/91 os Projetos de Lei nºs 3.921/93, 3.944/93, 3.976/93, 3.982/93 e 4.037/93. Indefiro a apensação do Projeto de Lei nº 1.269/91 ao Projeto de Lei nº 913, de 1991, por já ter sido apreciado pela primeira Comissão de mérito. Publique-se.
Em 22/06/94


Presidente


Ofício nº 243/94

Brasília, 14 de junho de 1994.

Senhor Presidente

Nos termos do art. 142, do Regimento Interno, requeiro a V.Exa. as apensações dos Projetos de Lei nºs 1.269-A/91 - do Sr. Agostinho Valente e outros (4) - que "dispõe sobre a movimentação da conta vinculada do FGTS pelos funcionários da MINASCAIXA"; 3.921/93 - do Sr. Carlos Nelson - que "dispõe sobre a consolidação e o parcelamento dos débitos das instituições de ensino superior sem fins lucrativos para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS"; 3.944/93 - do Sr. Cyro Garcia e Ernesto Gradella - que "altera o artigo do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, no que se refere à movimentação das contas vinculadas dos trabalhadores no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS"; 3.976/93 - do Sr. Paulo Bernardo - que "dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia nos financiamentos para aquisição da casa própria vinculados a entidades fechadas de previdência complementar"; 3.982/93 - do Sr. Osmânio Pereira - que dá nova redação ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e dá outras providências"; 4.037/93 - do Srs. Cyro Garcia e Ernesto Gradella - que "acrescenta alínea ao artigo 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, exigindo a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS por parte de empresas da iniciativa privada para a obtenção de empréstimos ou financiamentos junto às entidades financeiras oficiais", ao Projeto de Lei nº 913/91 - do Senado Federal (PLS nº 12/91) - que "altera a legislação que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências", por tratarem de matérias correlatas.

Atenciosamente,


Deputado PAULO ROCHA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
NESTA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.944/93

Nos termos do art. 119, caput, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 02/08/93, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 09 de agosto de 1993

Talita Yeda de Almeida
Secretária